

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

Edição nº 857

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....2

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição n.º 857

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 026/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- Dra. FERNANDA RUTTKE DILLENBURG, Promotora de Justiça, ID n.º 3433137, para oferecer denúncia, bem como para acompanhar o feito contra Alexandre Silva dos Reis, com base no Inquérito Policial n.º 008/211.0001132-6, oriundo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Canoas, e, em eventual impedimento, o Promotor de Justiça Substituto de escala, que não esteja impedido (Port. 0062/2012).

- a contar de 24 de janeiro de 2012, o Dr. RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS, Promotor de Justiça, ID n.º 3433153, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 0099/2012).

DECLARAR

- a contar de 24 de janeiro de 2012, a perda de classificação do Promotor de Justiça, Dr. RAFAEL STRAMAR DE FREITAS SANTOS, ID n.º 3433153, no cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional do Sarandi de Porto Alegre, em virtude de designação para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 0100/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 027/2012

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, EM EXERCÍCIO, IVORY COELHO NETO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- DINARA TERESINHA DA SILVA DOMINGUES, para exercer o cargo em comissão de Assessor Superior II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 0088/2012).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor Geral, em exercício.

APOSTILA

PROCESSO N.º 9821-09.00/07-6

PREGÃO N.º 18/08

O DIRETOR-GERAL, Substituto, da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o contrato firmado com GUSSIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob n.º 06.996.041/0001-66, com sede em Cachoeirinha/RS, na Av. Beira Rio, n.º 200, Bairro Jardim América, CEP 94.920-030, que tem por objeto a prestação de serviços gerais, para fazer constar, a contar de 1º de janeiro de 2012, o reajuste do montante "A", em cumprimento à previsão da cláusula quarta, alínea 'a' do contrato, pelo percentual de 14,13%, estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2012 (registro no MTE: RS000020/2012), o qual, por decorrência, passa a valer R\$ 259.150,60 (duzentos e cinquenta e nove mil, cento e cinquenta reais e sessenta centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

CARLOS C. ALBERTO UMSZA,
Diretor-Geral Substituto.

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º 4545-09.00/08-8

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 19/08

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, prover parcialmente o recurso administrativo interposto pela empresa EPAVI Empresa Portoalegrense de Vigilância, mantendo a pena de multa, pela infringência da previsão do item 5.2, letra "h", do contrato, e reduzindo seu valor, para R\$ 805,51 (oitocentos e cinco reais e cinquenta e um centavos).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Diretor-Geral Substituto.

Aviso de Abertura de Pregão Eletrônico

Pregão Eletrônico n.º 04/2012 (Processo n.º 000243-09.00/12-7) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** contratação dos serviços de monitoramento, clipagem, gravação e fornecimento de cópias de informações sobre o Ministério Público (RS), veiculadas em mídias impressas e eletrônicas, conforme Edital e seus Anexos.

Data e horário de abertura das propostas: 06/02/2012, às 13h30min. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/02/2012, às 15h.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Edital disponível na página:** http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico. **Informações gerais:** e-mail, c-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 857

plc@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 19 de janeiro de 2012.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL N.º 17/2012

REMOÇÃO DE ASSESSOR BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação dos locais em que serão oferecidas 3 (TRÊS) vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM N.º 008/2012

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00806.00012/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades referentes à utilização, desvio de finalidade, de área doada pelo município.

2) Inquérito Civil, nº 05/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades na acumulação de cargos públicos de vereador de Sarandi/RS.

3) Inquérito Civil, nº 06/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, com a finalidade de apurar as possíveis irregularidades no repasse de recursos

financeiros de empresa estadual para fundação.

4) Inquérito Civil, nº 106/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar possível cometimento de improbidade administrativa pelo Prefeito Municipal de Sagrada Família/RS.

5) Inquérito Civil, nº 00710.00001/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possível nomeação irregular de pessoas aprovadas em concurso público municipal, realizado pelo município de Paraíso do Sul/RS.

6) Inquérito Civil, nº 00717.00006/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades de nepotismo na prefeitura de Arvorezinha.

7) Inquérito Civil, nº 00717.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araújo, da Promotoria de Justiça de Arvorezinha, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no exercício da competência do município de Putinga em questões de trânsito.

8) Inquérito Civil, nº 00718.00004/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades da rede elétrica em que envolve riscos coletivos.

9) Inquérito Civil, nº 16/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa pelo não cumprimento de carga horária de médicos do SUS.

10) Inquérito Civil, nº 16/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Marcela Romera, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em repasses efetuados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

11) Inquérito Civil, nº 00732.00004/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possível apropriação ilegal de carcaças de pneus pertencentes ao Município, por funcionário lotado na Secretária Municipal de Obras e Viação.

12) Inquérito Civil, nº 00732.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades dando conta de não recolhimento junto ao INSS de verbas retidas na folha de pagamento de servidores públicos.

13) Inquérito Civil, nº 00732.00006/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na licitação de empresa contratada.

14) Inquérito Civil, nº 00732.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na folha de pagamento com



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de janeiro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 857

contratação do Banco do Brasil para gerir a folha de pagamento dos servidores de Dom Feliciano.

15) Inquérito Civil, nº 00732.00008/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades dando conta de pagamento de diárias em duplicidade ao ex-prefeito de Dom Feliciano.

16) Inquérito Civil, nº 00732.00009/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades referentes a contratação de serviços técnicos para feitura de monumento no município de Dom Feliciano.

17) Peça de Informação, nº 00731.00012/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades referentes a favorecimento em contratação de empresas.

18) Inquérito Civil, nº 00878.00021/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em concurso público.

19) Peça de Informação, nº 00878.00054/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cinthia Menezes Rangel, da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja, com a finalidade de apurar denúncia contra a Prefeitura Municipal de São Borja, referente a prestação de serviços para fazer restauração de monumento.

20) Inquérito Civil, nº 00907.00003/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar eventual prejuízo ao erário referente ao pagamento de remuneração a título de sessão extraordinária sem amparo legal.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de janeiro de 2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.